

A luta dos Pequenos Gigantes: trabalho de comunicação e luta pela hegemonia no Movimento dos Pequenos Agricultores

La lucha de los Pequeños Gigantes: trabajo comunicacional y lucha por la hegemonía en el Movimiento Pequeños Agricultores

The struggle of the Small Giants: communication work and struggle for hegemony in the Small Farmers Movement

Bruna Távora

Doutora pelo PPGCOM da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente faz estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação no convênio ECO/IBICT/UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8545-4129>. E-mail: tavora.bruna@gmail.com.

Submetido em: 30 jan. 2024

Aprovado em: 28 mar. 2024



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

Neste artigo, analiso o trabalho de comunicação realizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no contexto do Acampamento da Seca, mobilização que originou o MPA em 1996. A pesquisa foi realizada através de revisão de literatura de textos de intelectuais do próprio movimento. O objetivo do artigo consistiu em analisar a percepção do MPA sobre a centralidade da comunicação em seu processo organizativo. Nos resultados e discussões, descrevo os artefatos, as tecnologias e os procedimentos comunicacionais utilizados no processo organizativo do movimento. A conclusão aponta uma superação dialética da forma comunicativa do MPA em relação ao sindicalismo rural, e destaca a relevância de artefatos de comunicação contextualizados com a formação social latino-americana.

Palavras-chave: Movimento dos Pequenos Agricultores; Artefatos; Campesinato; Trabalho de Comunicação.

Resumen

En este artículo, analizo el trabajo de comunicación del Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA) en el Acampamento da Seca, una movilización que dio origen al MPA en 1996. La investigación se llevó a cabo a través de una revisión bibliográfica de textos de intelectuales del propio movimiento. El objetivo del artículo fue analizar la percepción del MPA sobre la centralidad de la comunicación en su proceso organizacional. En los resultados, describo los artefactos y procedimientos del trabajo de comunicación utilizados en el proceso organizativo. La conclusión señala una superación dialéctica de la forma comunicativa del MPA en relación con el sindicalismo rural, y destaca la relevancia de artefactos de comunicación contextualizados con la formación social latino-americana.

Palabras-clave: Movimiento de Pequeños Agricultores; Artefactos; Campesinato; Trabajo de Comunicación.

Abstract

In this article, I analyze the communication work done by the Movement of Small Farmers (MPA) in the context of the Drought Camp, a mobilization that originated the MPA in 1996. The research was carried out through a literature review of texts by intellectuals from the movement itself. The objective of the article was to analyze the MPA's perception of the centrality of communication in its organizational process. In the results and discussions, I describe the artifacts, technologies, and procedures used in the organizational process of the movement. The conclusion points to a dialectical overcoming of the communicative form of the MPA in relation to rural unionism and highlights the relevance of communication artifacts contextualized with the Latin American.

Keywords: Small Farmers Movement; Artifact; Peasantry; Communication Work.

Introdução

Neste artigo, faço uma análise do trabalho de comunicação realizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimento social que surgiu na década de 1996 no Brasil. A narrativa parte das ideias Frei Sérgio Gorgen, liderança intelectual e política do movimento, que simbolizou a luta do campesinato do MPA na expressão "pequenos gigantes", sistematizada em um livro homônimo que conta a trajetória do movimento.

A origem do MPA remonta ao contexto socioeconômico brasileiro dos anos 1990, marcado pela implantação do neoliberalismo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O empobrecimento das famílias camponesas e o projeto neoliberal de integração subordinada ao agronegócio levaram à formação do movimento como resposta ao projeto hegemônico posto em curso. O marco inicial ocorreu no Rio Grande do Sul, onde as famílias camponesas se organizaram resultando na criação do *Acampamento da Seca*, uma mobilização ambiental de mais de 30 mil famílias (GORGEN, 1998).

A coleta de dados foi realizada através de revisão de literatura de documentos políticos e trabalhos acadêmicos produzidos pela militância do MPA e também através de uma entrevista com um militante do movimento. O objetivo do artigo consistiu em analisar a percepção do MPA sobre a centralidade da comunicação em seu processo organizativo.

Para refletir sobre o trabalho de comunicação, faço uma breve nota metodológica a partir de autores do materialismo histórico-dialético, apresentando o conceito a partir de uma referência semiótica, e integrando sua análise na luta pela hegemonia política no contexto da luta de classes (GRAMSCI, 2012; 1985; ROSSI-LANDI, 1985; TÁVORA, 2022).

Os resultados apontam que o *Acampamento da Seca* marcou uma ruptura com o tipo de trabalho de comunicação feito pelo sindicalismo rural vigente à época, e também expressou a insatisfação com as formas tradicionais de comunicação adotadas pelos sindicalistas. O *Acampamento da Seca* é abordado como um artefato de comunicação que mediou a interação do movimento com pelo menos três grupos de diálogo: famílias camponesas, poder público e sociedade civil.

Nas discussões, articulo os resultados aos fundamentos teóricos de Silvia Cusicanqui (2018), Paulo Freire (1983), José Carlos Mariátegui (2005) e Antônio Gramsci (1985; 2012), buscando compreender o significado das rupturas implementadas pelo MPA, enfocando sua importância na construção da hegemonia política do campesinato, e a relevância de tecnologias de linguagem, como acampamentos, marchas e ocupações, no contexto latino-americano.

As conclusões apontam que essas tecnologias e artefatos comunicativos renovaram a gramática do diálogo do movimento camponês no Brasil (CARVALHO, 2018; TÁVORA, 2022) e marcou a distinção do movimento em relação à forma comunicacional de luta política sindical, em um momento em que o monopólio de expressão dos trabalhadores rurais, concentrado no sindicato, apresentou limites.

Esses artefatos comunicativos permitiram a construção de signos e técnicas que fortaleceram a hegemonia política do MPA com diversos grupos de diálogo. A experiência do MPA oferece aprendizagens sobre a importância de um trabalho de comunicação contextualizado com a formação social latino-americana.

Breve nota metodológica sobre a relação entre trabalho de comunicação, hegemonia e linguagem

Rossi-Landi (1985) destaca a linguagem como técnica, tecnologia e trabalho, sublinhando sua funcionalidade na produção e circulação de palavras, enunciados e técnicas coletivas de comunicação que são funcionais à organização produtiva do capitalismo. O autor afirma que

isto é uma faculdade semiótica humana constituída pelo trabalho linguístico, e que pode ser evidenciada nos artefatos linguísticos inventados ao longo da experiência social (Rossi-Landi, 1985).

A natureza técnica da linguagem também é destacada por Álvaro Vieira Pinto (2005), que aponta que ela está relacionada à capacidade de fixar metacognitivamente a consciência e conformar uma expressão mediatizada, conceitual e representacional das relações sociais existentes. Deste modo, “a linguagem revela ser a técnica fundamental, a técnica da técnica, aquela sem a qual nenhuma outra haveria”. (Pinto, 2005, p. 183).

Marcos Dantas (2018) reforça essa perspectiva, argumentando que a faculdade semiótica constitui não apenas o trabalho linguístico, mas é a condição de qualquer trabalho. O autor destaca que o resultado do trabalho semiótico são signos e unidades culturais, bem como significados úteis à produção e à reprodução social.

Marcos Dantas (2018) e Rossi-Landi (1985) chamam esse trabalho de *trabalho semiótico* e *trabalho linguístico*, respectivamente. O ponto destacado pelos autores é que a linguagem, fruto inicialmente de uma *atividade* humana, se complexifica e passa a cumprir funções de comunicação e expressão fundamentais ao modo de produção. Trata-se do “conjunto de técnicas sociais, às quais o indivíduo não pode deixar de recorrer se quiser falar e se comunicar (Rossi-Landi, 1985, p. 72).

No capitalismo, a linguagem está subsumida ao processo de valorização do capital, e seus produtos e processos estão subsumidos à lógica produtiva da mercadoria; Cada vez mais, ele é mediado pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação e pela subsunção aos softwares e algoritmos (Dantas, 2018; Távora, 2022).

A função que um processo ou produto de comunicação adquire em uma análise teórica específica (se técnica, ou tecnologia; se signo ou enunciado) não depende de sua definição pré-concebida, mas sim do contexto e do uso que lhe é dado na situação analisada. De modo abstrato, Rossi-Landi entende que possam ser abordadas como *artefatos*. Em sua perspectiva, esse conceito é referido a “qualquer produto do trabalho humano, algo que para existir requer (ou requereu) a intervenção do homem”. (Rossi-Landi, 1985, p. 176, grifo nosso).

O que caracteriza um artefato é que ele foi feito para servir a algo, tem uma maneira específica de como deve ser empregado, e é algo constitutivamente social. Por esses motivos, Rossi-Landi (1985) afirma que o ponto principal da sua reflexão é o fato de que, entre os artefatos de madeira ou os artefatos linguísticos — palavra, enunciado ou discurso —, existe uma homologia profunda e constituinte.

Deste modo, observamos que os artefatos de comunicação cumprem funções na luta de classes - tanto àquelas específicas do modo de produção capitalista (como a necessidade da comunicação para a circulação e realização das mercadorias), quanto àquelas fundamentais para criar um modo de vida a ele subsumido (como a necessidade em criar valores de uso subsumidos ao valor de troca das mercadorias existentes) (Dantas, 2018; Autor, 2022).

Em Marx e Engels (2007) também há um importante destaque para a relação da linguagem com a materialidade da luta de classes, que é expressa na metáfora da superestrutura (Silva, 2012). Essa conclusão também pode ser encontrada nas reflexões de Mikhail Bakhtin (2006; 1997), que afirmou que o signo é uma arena da luta de classes, demonstrando que ele é formado por um conteúdo e por uma forma de expressão que condensam juízos de valor sobre as relações sociais do capitalismo.

Ainda no Brasil, o trabalho de César Bolaño (2000; 2014) indica caminhos possíveis de abordagem do tema. Ao definir a categoria *trabalho cultural*, o autor reflete sobre a função de mediação que este trabalho cumpre na organização social, bem como as problemáticas derivadas de sua subsunção às indústrias culturais hegemônicas. O autor aponta o aspecto

ontológico relacionado à comunicação, que deve ser entendida em seu aspecto organizativo.

As reflexões de Antônio Gramsci (1985; 2012) também são elucidativas e enriquecem a perspectiva que trago aqui, pois dimensiona a questão da linguagem na luta pela hegemonia produtiva e social no capitalismo. No léxico gramsciano, a compreensão está relacionada à função do trabalho intelectual na *organização da cultura* e do *bloco histórico*, e na chamada *guerra de posição*. O autor argumenta acerca da necessidade em conquistar a hegemonia política das classes subalternas, ao mesmo tempo em que se constrói sua hegemonia produtiva.

A diversidade conceitual dos autores acima referidos nos ajuda a refletir sobre a função e a complexidade de uma abordagem comunicacional para pensar a relação entre trabalho, comunicação e luta de classes. Em minha tese (Távora, 2022) visando contribuir com a temática, agrupei a reflexão dos autores em uma categoria mais geral, que conceituo como *trabalho de comunicação*. Ele está relacionado à produção de significados sociais, e portanto, à ontologia da linguagem, dos signos e dos enunciados que cumprem funções de expressão e comunicação social na dialética entre modo de vida e modo de produção. Seu resultado são visões de mundo, gostos e valores de uso social que mediam a interação social (Távora, 2022).

O *trabalho de comunicação* se diferencia da atividade de comunicação em geral, pois é feito de maneira intencional e finalística, e pode ser analisado sempre direcionado a um grupo de diálogo específico. Ele está relacionado à mediação da objetividade/subjetividade social e, portanto, à construção de significados sociais que estão imbricados na disputa pela hegemonia político-econômica de um grupo particular. Ao estudar o *trabalho de comunicação* pela teoria da hegemonia, vemos que a luta política entre as classes pode ser estudada pelo aspecto semiótico, que investiga técnicas, tecnologias e artefatos de comunicação em sua ligação com o tema do poder político e cultural.

Após esta breve apresentação conceitual, na próxima seção, analiso o *trabalho de comunicação* observado no Movimento dos Pequenos Agricultores pela mediação do *Acampamento da Seca*, um artefato de comunicação utilizado na mediação política dos Pequenos Gigantes na época de sua formação.

Resultados

O *Acampamento da Seca* como artefato de comunicação na formação do MPA

À beira da estrada viu nascer um gigante. Destes que parecem surgir do nada, como que num passe de mágica. Quase como milhares de pequenos tijolos formando um edifício, ou centenas de sangas formando um rio. O pequeno é gigante fora quando se une. É gigante por dentro quando resiste. Os pequenos agricultores tornaram-se gigantes por alguns dias. Tremeram os monstros que vivem de engolir pequenos
(Frei Sérgio, 1998)

É mediante a imagem dos pequenos gigantes, sintetizada pelo Frei Sérgio Gorgen, liderança nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, que o MPA inicia a narrativa de sua história. O relato, que conta a fundação do movimento, está organizado em um livro homônimo que contém contribuições do Frei Sérgio e é recorrentemente citado em seus eventos, congressos e comunicações.

Partindo de um conjunto de trabalhos que versam sobre o MPA (Gorgen, 1998; Silva, 2017; Carvalho, 2016; 2018; MPA, 2019), e a partir de uma entrevista sobre o tema, apresento uma breve descrição da gênese do movimento, enfocando elementos relacionados ao trabalho de comunicação, destacando enunciados, palavras de ordem e artefatos observados.

Segundo sua autodefinição (MPA, 2019), o MPA é um movimento nacional que atua organizando o campesinato brasileiro no âmbito das lutas por soberania alimentar com ênfase na organização do Poder Popular. Atualmente, está localizado em 17 estados – em todos os estados do Sul e Sudeste do país, em dois estados da região Norte, um no Centro-Oeste e em sete estados do Nordeste. Tem como programa político o *Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular* (MPA, 2019), que apresenta as diretrizes políticas para a transição energética e a soberania alimentar sob os preceitos técnicos da agroecologia, com orientação política socialista e como apreensão estratégica a construção do Poder Popular (MPA, 2019).

No livro *A Luta dos Pequenos Gigantes*, Frei Sérgio Gorgen (1998) utiliza a metáfora para se referir à mobilização de um grupo de pequenos proprietários de terra que foi capaz de uma ação *gigante*, a formação de mais um movimento de massas: o Movimento dos Pequenos Agricultores. A narrativa reflete não apenas sobre a luta por direitos e condições dignas para as famílias camponesas, mas também sobre a necessidade de uma reconfiguração semântica e simbólica na forma organizativa da luta política do sindicalismo rural da época (Távora, 2022).

Nos anos 1990, o campesinato estava organizado nos sindicatos rurais, os quais faziam a mediação das reivindicações junto ao poder público. Silva (2017) destaca que a época é marcada pela segmentação dos diversos movimentos dos trabalhadores rurais que, a partir de então, se desvinculam hegemonicamente dos sindicatos. Com isso, passam a mobilizar esforços de organização de grupos menos abrangentes e mais específicos.

Em relação ao contexto econômico, foi a fase de implantação do neoliberalismo brasileiro na Era Fernando Henrique Cardoso. Esta, que resultou no empobrecimento e na integração subordinada da pequena agricultura ao agronegócio, comprometendo a produção, o autoconsumo de alimentos e a geração de renda (Delgado, 2013).

Enfrentando a carestia e insatisfeitos com as modificações neoliberais, cerca de 30 mil famílias do Rio Grande do Sul se mobilizaram para lutar por soluções e fazer reivindicações para superação da crise. A ação, impulsionada também pelos sindicatos, consistiu em fazer pressão política no governo estadual, visando recuperar a capacidade produtiva da pequena agricultura (Gorgen, 1998; Silva, 2017).

Gorgen (1998) relata que as negociações com o poder público foram muito morosas e que isto provocou um descontentamento em relação ao instrumento sindical, culminando em críticas acerca das formas sindicais de comunicação. O trabalho de comunicação era centralizado nos dirigentes, por meio de reuniões fechadas, solicitações via protocolo de ofícios e negociações restritas às estruturas formais dos governos estadual e municipal. Além disso, ele era realizado por uma parcela reduzida de representantes sindicais, portanto, com baixa participação das famílias camponesas. Isso gerou um descontentamento dos grupos mobilizados, e criou impasses entre as bases sociais vinculadas ao sindicato e as direções eleitas destes instrumentos.

Ao mesmo tempo, o aprofundamento da crise econômica e socioambiental levou à reconsideração, por parte das famílias camponesas que passariam a integrar o MPA, dos

artefatos e técnicas de comunicação adotados na forma sindical de reivindicação de direitos (Gorgen, 1998; Silva, 2017). Conforme relata o Frei Sérgio Gorgen, esta consistia em muito discurso, porém com poucos avanços concretos. Por isso, ficou conhecida como “mobilização tipo pic-nic, que consistia em mobilizar a massa, realizar atos públicos por um ou dois dias, fazer discursos e convencer a massa a voltar para a casa sem nenhuma vitória política”. (Gorgen, 1998, p. 26).

A crítica culminou na realização de uma ação espontânea feita por uma parcela do grupo em mobilização e, na região de Celeiro, no Rio Grande do Sul, nos arredores dos municípios de Sarandi/RS e Palmeira das Missões/RS, foi levantado o *Acampamento da Seca*.

O acampamento foi fruto da negação do procedimento de comunicação da burocracia sindical com o poder público, bem como da afirmação da necessidade em realizar um tensionamento político mediante o aumento da pressão política e da ideia de “fazer luta”. Um grito de ordem sintetizou as ideias do grupo e expressou a insatisfação das famílias: “*Com chuva ou com vento queremos mil e quinhentos*”. O conteúdo se tornou signo da luta dos Pequenos Gigantes, e estava relacionado à reivindicação de crédito para sanar os problemas financeiros e produtivos do campesinato riosul grandense (Gorgen, 1998).

Antes do estopim provocado pela seca, essas famílias já vinham se opondo ao sindicalismo burocrático, herança da ditadura, que, à essa época, agia por meio de conciliação com as ondas neoliberais, “reforçando o sindicalismo sem o povo e a negociação sem pressão”. (Gorgen, 1998, p. 20). O grupo prioritário organizado em torno do *Acampamento da Seca* foram as famílias proprietárias de pequenas terras, aquelas mais empobrecidas do contexto rural do Rio Grande do Sul.

O trabalho de comunicação no Acampamento da Seca

Já no contexto do acampamento, outros elementos ligados ao trabalho de comunicação emergem como problemática. Uma vez tendo sido uma ação espontânea de uma parcela de sindicalistas, o acampamento foi utilizado como um artefato de comunicação, por meio do qual foi promovido um intenso processo organizativo entre famílias camponesas, direções sindicais dissidentes e lideranças rurais.

Em relação aos conteúdos do diálogo e ao momento em que eles ocorreram, em entrevista a esta autora¹, Marciano Silva, militante do MPA, destacou a formação de brigadas de militantes, onde pequenos grupos se formaram para realizar a segurança coletiva do espaço e das pessoas, as estratégias de deslocamento e a coordenação do local. É possível observar que essa técnica de organização política foi propícia para intensificar a comunicação do grupo, o que possibilitou a realização de um trabalho de comunicação com finalidades organizativas e que planejava as comunicações e ações com os acampados.

Marciano destacou que, nessa ocasião, dentre os conteúdos que foram debatidos nas brigadas, estava a problemática de que as principais atividades políticas eram exercidas pelos homens, enquanto as mulheres se ocupavam com os afazeres domésticos e de reprodução social, gerando uma sobrecarga de trabalho feminino e um distanciamento das mulheres do trabalho político. Para a resolução da questão, foi realizado um trabalho de comunicação a partir da formação política de temas sobre o machismo, e a elaboração de críticas dirigidas aos próprios membros do acampamento para modificações na estrutura.

Já sobre trabalho de comunicação do MPA com os grupos de diálogos do poder público, eles foram marcados por duas principais técnicas e tecnologias comunitárias de linguagem: i) a

¹ Marciano Silva: depoimento [maio 2022]. Entrevistadora Bruna Távora. Rio de Janeiro, 2022. arquivo PDF (3 páginas). Entrevista concedida para o autor.

mobilização de massas e os protestos — que além do acampamento, envolveu ocupação de prédios públicos, fechamento de rodovias e uma importante mobilização chamada de Ferramentaço, em que a militância empunhava foices, facões e instrumentos de trabalho e por ii) formas institucionalizadas, tais como a participação de reuniões, organização de documentos institucionais e envio solicitações através de protocolos (Gorgen, 1998).

Apesar de ambas as técnicas de comunicação serem identificadas como importantes, Frei Sérgio Gorgen destaca a existência de uma dualidade e de uma tensão no grupo acampado, que refletia sobre a escolha e relevância dos procedimentos comunicativos utilizados. Essa tensão era permeada por uma preocupação na morosidade do processo, bem como na percepção da opinião pública, uma vez que os atos e o fechamento de estradas poderiam incomodar moradores do entorno do acampamento. Aqui já observamos uma preocupação do MPA com um terceiro grupo de diálogo, para além do poder público e das famílias camponesas: a sociedade civil.

Outro aspecto, destacado no livro de Gorgen (1998) é que pela mobilização do acampamento também foi identificada a intencionalidade em formar interlocutores para as negociações com o Estado, pessoas que provinham das bases sociais, e que se preparariam tecnicamente para realizar o diálogo com o Poder Público para a reivindicação de políticas públicas².

Por sua vez, as instâncias do poder público do Rio Grande do Sul também realizaram um trabalho de comunicação para disputar a hegemonia política em torno do significado do acampamento. À época, o governo de Antônio Brito (PMDB, 1995-1999), mobilizou coerção e consenso para enfraquecer a ação dos pequenos gigantes. O governador intensificou a contrapropaganda contra a mobilização do *Acampamento da Seca*, pagando anúncios em veículos locais e comunitários, e organizando um esquema de notícias falsas em rádios e jornais (Gorgen, 1998).

Também é destacada a existência de um trabalho de comunicação que intensificou a espionagem e a infiltração entre os manifestantes, e buscou gerar um sentimento de desconfiança, confusão e desinformação entre os acampados. “Gastamos muito tempo para desmanchar a contra-informação e responder à boataria.” (Gorgen, 1998, p. 31).

Apesar da complexidade do conflito e da diversidade dos sujeitos políticos envolvidos na luta, houve conquistas concretas, principalmente relacionada à aquisição do crédito para a produção, que havia sido simbolizado na palavra de ordem acima referida: “*Com chuva ou com vento, queremos mil e quinhentos*”. A linha de crédito ficou conhecida como “Pronafinho”, relativo ao Pronaf Custeio Emergencial.

Em 1996, formou-se o Movimento dos Pequenos Agricultores, organizado no Rio Grande do Sul e em outros estados que passaram por processos semelhantes de ruptura com o sindicalismo rural, como Rondônia, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais (Silva, 2017).

² Atualmente, é notável a existência de interlocutores na produção de propostas institucionais produzidas pelo MPA e dirigidas aos membros dos governos estadual, municipal e federal, o que confirma os esforços planejados em sua formação.

Figura 1: Assembleia realizada na mobilização do *Acampamento da Seca*, ação que deu origem à organização do MPA, na região de Sarandi-RS, em 1996.



Fonte: Acervo: Frei Sérgio Gorgen, disponível na dissertação da militante Leila Silva (2017)

Grupos de base e a comunicação como processo organizativo

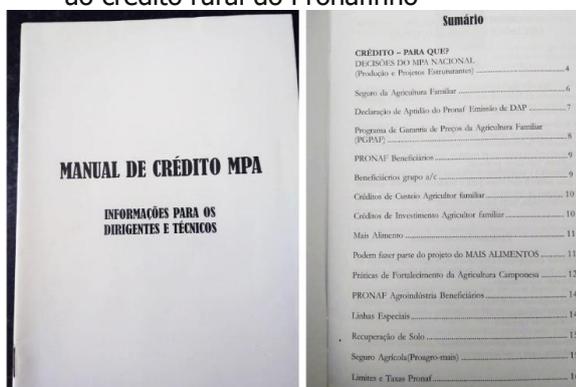
Como síntese da experiência do acampamento, o MPA se formou definindo a metodologia de organização política através de grupos de base. Segundo Silva (2017, p. 88), "Grupos de base são grupos de famílias camponesas que por afinidade política e ideológica e por ter pautas semelhantes ao MPA, se vinculam ao Movimento e constroem com este uma identidade política de pertença e a partir dele se organizam."

Os grupos de base também se configuram como um artefato de comunicação que mediou a interação da militância no processo formativo do movimento. Neles, é destacada a utilização de cartilhas com informações úteis a fortalecer o processo produtivo e organizativo gerado na mobilização do *Acampamento da Seca*, e ao mesmo tempo, promover formação técnica e política para acesso ao financiamento conquistado.

Segundo o militante entrevistado para este trabalho, o objetivo das cartilhas consistiu em debater de "maneira simples e direta", o conteúdo do custeio das linhas de crédito e assim promover a apropriação de conceitos que estavam sendo debatidos no cotidiano do acampamento, e que, agora, se configuraram em políticas conquistadas.

Esta característica de comunicação, que tem como intencionalidade envolver grupos de base nos debates políticos e econômicos, foi identificada como um dos principais fatores que atraiu a militância para a atuação no MPA.

Figura 2: Capa e sumário da Cartilha *Manual de Crédito do MPA* que difundia informações de acesso ao crédito rural do Pronafinho



Fonte: Acervo do MPA, disponibilizado por Marciano Silva.

Os grupos de base como artefatos de comunicação permitiram a interação e a formação

organizativa entre as famílias camponesas envolvidas no MPA, fortalecendo suas instâncias políticas através do vínculo com os trabalhadores e trabalhadoras participantes das experiências produtivas. Neste contexto, comparece o destaque para o uso de tecnologias de comunicação que ampliem a participação política e coletiva da militância na tomada de decisões e a afirmação da necessidade em organizar “convencimento, sentimento e avaliação racional como forma de politização do processo”. (Gorgen, 1998, p. 33).

Precisamos **ouvir e saber o que sente o trabalhador, o povo, o agricultor**, aquele que está no fundo da roça, ou do mato, na beira do rio ou pendurado nos morros, aquele que está sem eira e nem beira [...], é manter **a vinculação afetiva com o povo e mantê-los sempre informados**. (Gorgen, 1998, p. 41).

Na afirmação do Frei Sérgio Gorgen, observamos ainda a intencionalidade do trabalho de comunicação que não está reduzido à *transmissão* da mensagem, mas está relacionada à noção simbólica de vínculo e afeto. Isto permite entrever que a finalidade do trabalho também está relacionada à construção de formas simbólicas que visam fortalecer a hegemonia política do movimento, através de emoção e da razão.

Este elemento simbólico é bastante observado nas experiências latino-americanas, e, em parte é fruto da tradição religiosa não confessional do continente, expressa na cosmovisão de povos negros e quilombolas, comunidades tradicionais, indígenas e no catolicismo (Mariátegui, 2005; Cusicanqui, 2018). Ele corresponde também à renovação e à superação dialética do sindicalismo, buscando superar as formas expressivas da comunicação sindical da época.

Discussões

A partir dos resultados apresentados, é possível afirmar que o espaço comum do *Acampamento da Seca* foi utilizado como artefato de comunicação para mediar o diálogo entre famílias camponesas, militantes, sindicalistas rurais e lideranças políticas. Ele foi expressão de modificações nas técnicas e tecnologias de comunicação utilizadas no contexto do sindicalismo rural e da formação de movimentos sociais do campesinato brasileiro na década de 1990. Isto é identificado como o fim do monopólio de expressão das famílias camponesas, que desde os anos 1950, esteve ligado ao campo do sindicalismo rural (Carvalho, 2018; 2016, Rosa, 2011; Távora, 2022).

No aspecto semiótico, tratou-se de uma superação dialética do conteúdo e da forma sindical de comunicação e, ao mesmo tempo, no estabelecimento de outros artefatos e tecnologias de linguagem - tais como as marchas, as mobilizações, as ocupações de terra - que vinham sendo constituídas nos movimentos sociais em formação dos anos 1980 (tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)).

Carvalho (2016; 2018), ao analisar outros movimentos sociais, observa que, além dessas semelhanças, há um aspecto distintivo do MPA, que é resultado da interação entre forma sindical e forma movimentista: a organização de enquadramentos discursivos e a apresentação sistemática de conteúdos em atividades periódicas de encontros e atos.

Com isso, ela destaca que o MPA foi capaz de renovar “a gramática do diálogo” entre o campesinato e o poder público (CARVALHO, 2016, p. 5), e passou a atuar com algumas vertentes sindicais, porém desenvolvendo outros artefatos de comunicação nas relações com seus grupos de diálogo. Nesse aspecto, o MPA traduziu a *forma-movimento* que vinha sendo gestada pelos movimentos sociais e promoveu uma síntese entre o trabalho sindical e a

experiência movimentista.

Tendo partido da forma-movimento, e 'sendo carregado' por esta forma ao a ela associar-se, o grupo foi associando-a a outras estratégias específicas, que o distinguem, sem, no entanto, ter aberto mão da forma-movimento que permitiu sua entrada na cena política brasileira na década de 1990. (Carvalho, 2016, p. 5).

A percepção sobre a função da comunicação e o trabalho organizativo e de luta pela hegemonia política é identificada no programa político do movimento (MPA, 2019) que dedica uma parte significativa a refletir sobre a *batalha de ideias* necessária à organização do processo produtivo. No programa, podemos aferir que está presente a finalidade do trabalho de comunicação para a construção da hegemonia política do movimento. Vejamos:

Mais que comunicar as ações do movimento e denunciar as mazelas do agronegócio, **a comunicação toma o sentido ativo de ser instrumento organizador do povo e um cimento das classes populares.** Integrar a tradição oral do campesinato aos meios de comunicação de massas e às novas tecnologias digitais e redes sociais, com vistas a **formar uma nova consciência favorável às mudanças estruturais, de caráter popular e democrático, é o desafio permanente do movimento na batalha das ideias** [...]. Essa concepção implica desenvolver uma verdadeira frente de comunicação, estruturando formas organizativas no território, nacional e internacionalmente; o nível básico e popular de comunicação integrado aos métodos e instrumentos mais modernos para fazer frente à guerra híbrida, propagandeando as noções de agroecologia camponesa, abastecimento popular, poder popular, organização política, governança comunitária, enfim, fazendo a denúncia do capitalismo (MPA, 2019, p. 50, grifo nosso).

Vemos que o trabalho de comunicação desenvolvido tem um conjunto diverso de finalidades e envolve desde organizar a produção, até educar e formar os grupos de diálogo de modo a "ajudar a soldar as frentes, fazendo com que cada uma saiba do todo e o todo das partes, [usando] linguagem adequada e específica para cada frente e para o conjunto da sociedade [...]". (MPA, 2019, p. 51).

Entre o ano de 1996 e 1998, outras ações realizadas podem ser identificadas como artefatos de comunicação distintos daqueles realizadas pelo sindicalismo rural, dentre as quais destaco: a ocupação da Secretaria da Agricultura em Porto Alegre (1997); a Ocupação do Terreno da montadora General Motors (GM) na cidade de Gravataí (1997) e, a realização de "Ferramentaços", uma manifestação onde os militantes marcham empenhando enxadas e foices para denunciar as mazelas da agricultura para a sociedade civil (SILVA, 2017).

A relação entre as formas e os conteúdos da comunicação e sua função na organização política é um tema relevante no movimento camponês. Ele foi debatido por um conjunto de intelectuais orgânicos, dentre os quais Antonio Gramsci (1985; 2012) e José Carlos Mariátegui (2005), que refletiram sobre os limites da burocracia sindical da chamada Terceira Internacional no diálogo com os camponeses, e Paulo Freire (1983) e Silvia Cusicanqui (2018), que dedicaram reflexões para pensar a mobilização do campesinato latino-americano.

Na análise de Gramsci (1985; 2012), o autor argumenta acerca da importância em articular razão e paixão através de metáforas e expressões conceituais que comunicam ideias e constroem a vontade política de transformação social (COUTINHO, 2020). Em sua perspectiva, elas objetivam esteticamente o conteúdo político, transformando-se em uma ideia-força que coesiona o grupo e consolida um sentimento comum.

No contexto do movimento, vemos que não apenas a razão discursiva apresentada nas cartilhas foi fundamental para a luta política e para formação do movimento, mas também as

formas expressivas, como as metáforas, a exemplo dos Pequenos Gigantes, e outros artefatos como atos e ocupações. Esse conjunto permitiu o vínculo e a relação social entre as famílias em luta, contribuindo para a formação da consciência e a vontade de se engajar e construir o movimento.

Também Paulo Freire (1983), ao sistematizar suas observações em torno dos princípios do trabalho de organização popular nas áreas rurais brasileiras, destaca um conjunto de aspectos ligados à comunicação, bem como sua função na construção da hegemonia política dos grupos subalternos. Dentre suas análises, destaco duas: i) os seres humanos estão no mundo uns em relação com os outros, nunca estão só, ou seja, estão sempre em comunicação; ii) o trabalho político pressupõe saber ouvir e, portanto, saber falar.

Nesse aspecto, a atenção dada aos aspectos comunicativos pelo MPA, como a centralidade na construção de grupos de base, a formação de brigadas e a intencionalidade em saber ouvir e se vincular com os militantes, conforme apresentado nos resultados, confirma a intencionalidade e o planejamento de um trabalho de comunicação realizado pelo movimento.

Também o peruano José Carlos Mariátegui (2005) é uma referência no assunto, pois ao recusar o racionalismo decadente da burguesia e o do sindicalismo burocratizado da Segunda Internacional, afirmou a importância em articular razão, emoção e imaginação na luta das classes populares. Ele argumenta que a vontade socialista tem fundamento racional, mas não prescinde de um "*pathos*" revolucionário – como exemplos, são os gritos de combate, em que "toda emoção de uma época está nele contida". (MARIÁTEGUI, 2005, p. 61). Deste modo, a análise sobre a hegemonia é também uma análise sobre o trabalho de comunicação requerido para a construção de ideias e imagens que fortificam as classes subalternas em luta.

Aqui, comparece a importância da comunicação na luta pela hegemonia política, que deve mobilizar não apenas conceitos discursivos e argumentativos, mas também construir signos e símbolos que expressam emoções e sentimentos da luta de classes, como a referida palavra de ordem "*Com chuva ou com vento, queremos mil e quinhentos*" que se tornou signo de resistência na formação do MPA.

Analisando um conjunto de experiências políticas, Mariátegui (2005, p. 57) observa ainda que "os povos capazes de vencer lutas foram os povos capazes de um mito para as multidões". Nesse contexto, a utilização de artefatos como os acampamentos, a intencionalidade em promover vínculos e criar metáforas e palavras de ordem - como observamos na formação do MPA - demonstra que o trabalho de comunicação do movimento tem intencionalidade informativa, simbólica e organizativa.

Por fim, também a intelectual indígena aymara Silvia Cusicanqui (2018), ao fazer a crítica à forma como o marxismo "tradicional" mobilizou historicamente para as lutas, destaca o esvaziamento do aspecto simbólico da luta política. Ela destaca, contudo, que esta é a forma que, historicamente, as populações do continente organizam seus processos políticos e que não deve ser negligenciada.

A intelectual indígena observa que no cotidiano da resistência latino-americana, as ações reivindicatórias ocorrem pela combinação da exposição racional com uma prática política que tem nas *táticas expositivas* (como atos e acampamentos) suas formas de comunicação e reivindicação - seja com o Estado, com a Sociedade Civil ou com outros membros das classes subalternas.

Acompanhando a análise da autora, observamos que os atos como o *Acampamento da Seca* se configuram como uma tática expositiva que combina argumentação racional com experiência e vivência. Esses atos, segundo a autora, combinam "uma sorte de luta psicológica e mensagem política [...] e permitem vislumbrar uma emancipação futura, sobre a base de ações corporais e recursos simbólicos adquiridos na luta" . (Cusicanqui, 2018, p. 132). Analisando outras experiências de luta no continente, a autora aymara informa que, nesses

atos, são ativados uma corporeidade memoriosa, e que “de trás do gesto corporal há uma compreensão teórica e uma ética comunitária que enfrenta a doxa miserável da classe dominante”. (Cusicanqui, 2018, p. 132).

Nesse sentido, trata-se de um trabalho de comunicação que articula argumentação racional com um gesto corporal e sócio, sendo, portanto, uma ética política e epistemológica “desde abaixo”. A autora afirma que este tipo de recurso desestabiliza as construções mentais que operam a colonialidade do poder e põe em xeque as formas universais com as quais a racionalidade instrumental — que permeia também as classes subalternas — promove os espaços de luta e resistência.

Por esse motivo, ao refletir sobre o trabalho de comunicação na luta política no continente latino-americano, em especial do MPA, observo a existência da combinação da dimensão simbólica e racional, sendo esta uma característica fundamental e relevante para pensar o trabalho de comunicação e a luta pela hegemonia do campesinato brasileiro, formado por uma diversidade étnica e cultural que abrange indígenas, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras e outros.

Afinal, não é possível realizar um trabalho organizativo e de luta pela hegemonia política no continente sem refletir sobre o trabalho, as técnicas e as tecnologias da comunicação, pois, a “transformação social implica a convivência” (FREIRE, 1983, p. 26) e conviver implica simbolizar para se comunicar.

Conclusão

A trajetória do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) emerge como resistência e transformação no contexto das lutas do campesinato brasileiro. Originado em 1996, durante um período de intensificação do projeto neoliberal nas áreas rurais, o MPA se destacou por sua capacidade distintiva na comunicação e mobilização. O movimento, ao romper com artefatos de comunicação tradicionais de sindicalismo, adotou uma abordagem dinâmica e direta, marcada por acampamentos, greves, ferramentas e outras formas de manifestação, expressão e comunicação.

Observei o marco fundacional do movimento, o *Acampamento da Seca*, que constituiu uma mudança significativa nos artefatos de comunicação utilizados pelas lideranças camponesas sindicais em seus processos de luta e negociação com o Estado. O acampamento teve função de artefato de comunicação, pois permitiu o diálogo entre famílias camponesas, militantes e sindicalistas rurais. A culminância da mobilização que originou o MPA é expressão da superação dialética do aspecto burocratizante que permeou as práticas sindicalistas da década, ao mesmo tempo em que é expressão de novas formas comunicacionais em relação ao monopólio expressivo dos trabalhadores rurais.

A análise utilizou a categoria trabalho de comunicação (Távora, 2022) e ressaltou a sua importância na construção da hegemonia política, à luz das ideias de intelectuais do próprio movimento, do seu programa político e de outros intelectuais orgânicos que também refletiram sobre o campesinato no contexto da luta de classes, como Silvia Cusicanqui (2018), Paulo Freire (1983), José Carlos Mariátegui (2005) e Antônio Gramsci (1985; 2012).

Esse trabalho de comunicação esteve relacionado à disputa pela hegemonia política no contexto da constituição do MPA, e não apenas fortaleceu o diálogo com a base social do movimento, composta principalmente por famílias proprietárias de pequenas terras e que resistiram à modernização conservadora da agricultura, como também criou uma nova gramática de interação com o poder público e a sociedade civil.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- BOLAÑO, C. R. S. **Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: Edise, 2015.
- BOLAÑO, C. R. S. **Indústria Cultural, informação e capitalismo**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2000
- CARVALHO, Priscila. **A produção do transnacional: compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.
- CARVALHO, Priscila. **O MPA além da forma-movimento: anotações para uma história**. In: Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **A paixão segundo Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2020.
- CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'ixi es possible. Ensayos desde um presente em crisis**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- DANTAS, Marcos. **Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo**. Revista Eptic. v.20, n.1, 2018.
- DELGADO, Guilherme. **O Que Significa a Economia Política do Agronegócio no Brasil Atual (Anos 2000)**. São Paulo: BIBLIOTECA DIGITAL DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.
- GORGEN, Sergio **A resistência dos Pequenos Gigantes - A luta e a organização dos Pequenos Agricultores**. Petrópolis: Vozes. 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1985.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.
- MOVIMENTO DOS Pequenos Agricultores (MPA). **Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.
- ROSA, Marcelo. **O Engenho dos Movimentos Sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A Linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguística**. São Paulo: Difel, 1985.
- SILVA, Leila. **Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais**

contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário. Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, 2017

TÁVORA, Bruna. **Nossa rebeldia não será em vão: Comunicação, Trabalho e Linguagem na Práxis do Movimento dos Pequenos Agricultores.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Agradeço à militância do Movimento dos Pequenos Agricultores permitindo a apreensão e sistematização dos conteúdos aqui compartilhados.

Este trabalho é fruto da tese de doutorado realizada com financiamento do CNPQ.